

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.724 - RJ (2019/0276834-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADOS : JOÃO ALBERTO ROMEIRO - RJ084487
BRUNO CALFAT - RJ105258
JORGE LUIZ SILVA ROCHA - RJ156945
MARIANA COSTA DE BRITO - RJ213504
AGRAVADO : WILMA DA SILVA FERREIRA
AGRAVADO : DILMA DA SILVA CORRÊA
AGRAVADO : ADRIANA DA SILVA
AGRAVADO : LUIZ CARLOS DA SILVA
AGRAVADO : ADRIANO CARLOS DA SILVA
AGRAVADO : JOÃO CARLOS DA SILVA
ADVOGADO : MARCIO RIBEIRO DOS ANJOS - RJ125489

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A., desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fl. 31):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO EM VIA FÉRREA. MORTE. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CABIMENTO. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. HIPOSSUFICIÊNCIA AUTURAL. VEROSSIMILHANÇA DOS FATOS ALEGADOS. MODIFICAÇÃO DO DECISUM.

1. Agravo de instrumento em face de decisão proferida nos autos de ação de responsabilidade civil, em face da Concessionária de Transportes Ferroviários - SUPERVIA, que indeferiu a inversão do

ônus da prova pleiteada pelos autores, ora agravantes.

2. Relação de consumo por equiparação, enquadrando-se a ré no conceito de prestadora de serviço, e o de cujus, no conceito de consumidor equiparado, atraindo a incidência das normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto.

3. Dentre as referidas normas destaca-se a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, “inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências” (art. 6, VIII do CDC).

4. Os elementos nos autos demonstram a hipossuficiência técnica e econômica da parte autora e a verossimilhança de suas alegações, merecendo ser reformada a decisão agravada, a fim de deferir a inversão do ônus da prova a seu favor, ante a presença dos requisitos legais. Precedentes.

PROVIMENTO DO RECURSO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a insurgente alegou ofensa aos arts. 373 e 1.022, II, do CPC/2015; e 6º, VIII, do CDC.

Sustentou, em síntese, a negativa de prestação jurisdicional e o não cabimento da inversão do ônus da prova pela ausência de verossimilhança das alegações e da hipossuficiência dos recorridos.

O apelo especial não foi admitido na origem, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que o acórdão recorrido expressamente enfrentou as questões suscitadas pela recorrente, notadamente acerca da caracterização da relação consumerista, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o

qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017).

Quanto ao ponto, o Colegiado estadual assim se manifestou (e-STJ, fl. 33, sem grifo no original):

(...), a teor dos arts. 14, *caput*, e § 1º, e 17 do CDC, **equiparam-se a consumidores as vítimas de evento danoso decorrente da prestação de serviço defeituoso**, de modo que, além de inversão *ope iudici* do ônus probatório, milita em favor do consumidor, também, a inversão *ope legis* do ônus da prova previsto no art. 14, § 3º, do mesmo diploma, no tocante a comprovação de alguma causa excludente de responsabilidade quando esta é objetiva, como no caso.

No mesmo sentido:

RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ATROPELAMENTO FATAL. TRAVESSIA NA FAIXA DE PEDESTRE. RODOVIA SOB CONCESSÃO. CONSUMIDORA POR EQUIPARAÇÃO. CONCESSIONÁRIA RODOVIÁRIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA EM RELAÇÃO A TERCEIROS USUÁRIOS E NÃO USUÁRIOS DO SERVIÇO. ART. 37, § 6º, CF. VIA EM MANUTENÇÃO. FALTA DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO PRECÁRIA. NEXO CAUSAL CONFIGURADO. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONFIGURADO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. INOCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DEVIDOS.

1. Inexiste violação do art. 535 do Código de Processo Civil se todas as questões jurídicas relevantes para a solução da controvérsia são apreciadas, de forma fundamentada, sobrevivendo, porém, conclusão em sentido contrário ao almejado pela parte.

2. As concessionárias de serviços rodoviários, nas suas relações com o usuário, subordinam-se aos preceitos do Código de Defesa do Consumidor e respondem objetivamente pelos defeitos na prestação do serviço. Precedentes.

3. No caso, a autora é consumidora por equiparação em relação ao defeito na prestação do serviço, nos termos do art. 17 do Código consumerista. Isso porque prevê o dispositivo que 'equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento', ou seja, estende o conceito de consumidor àqueles que, mesmo não tendo sido consumidores diretos, acabam por sofrer as consequências do acidente de consumo, sendo também chamados de bystanders.

(...)

10. Recurso especial parcialmente provido (REsp 1.268.743/RJ,

Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 7/4/2014).

Quanto ao mérito da insurgência, o Colegiado estadual deferiu a inversão do ônus da prova, por estarem preenchidos os requisitos legais, conforme trecho abaixo transcrito (e-STJ, fls. 32-33, sem grifo no original):

No caso, **a hipossuficiência técnica e econômica da parte autora é clara em comparação ao poder econômico** e os meios a disposição da concessionária ré, ora agravada, e **os elementos nos autos da ação originária evidenciam a verossimilhança de suas alegações**, tendo em vista que o parente dos autores foi encontrado próximo a via férrea, vítima de contusão encefálica com fratura de crânio que, segundo relatado, poderia ter sido causada por atropelamento.

Vale destacar que a própria concessionária ré, em sua contestação (ind. 111/132 dos autos da ação originária), transcreve trecho de registro de atendimento de ocorrência, feito por seus prepostos logo após o incidente, a seguir colacionado, *in verbis*:

“DINÂMICA DO FATO: (...) ÀS 19H35MIN FOI INFORMADO PELO AGENTE WILLIAM QUE ELEMENTOS DO TRÁFICO DE DROGAS ESTIVERAM NO LOCAL DO ATROPELAMENTO E RETIRARAM O HOMEM DOS TRILHOS, VINDO A COLOCA-LO AO LADO DA LINHA 01. (...) SE TRATA DE UM HOMEM MULATO, VESTINDO CAMISA VERMELHA E BERMUDA PRETA. (...) O CORPO NÃO POSSUÍA IDENTIFICAÇÃO.”

Embora a agravada tenha buscado caracterizar a inexistência do fato constitutivo dos autores, mediante inconsistência quanto a vestimenta descrita pelos autores e a constante do relato, fato é que o trecho em destaque corrobora a ocorrência de um atropelamento na via férrea no dia em que o parente dos autores foi encontrado morto na referida via, o que acresce de verossimilhança a narrativa autoral.

Note-se que não se está aqui outorgando uma dispensa aos autores de comprovar minimamente os fatos alegados, ao contrário, trata-se de reconhecimento de que os autores já se desincumbiram de tal ônus, ante a verossimilhança de suas alegações.

Quanto mais não fosse, a teor dos arts. 14, caput, e § 1º, e 17 do CDC, equiparam-se a consumidores as vítimas de evento danoso decorrente da prestação de serviço defeituoso, de modo que, além de inversão ope iudici do ônus probatório, milita em favor do consumidor, também, a inversão ope legis do ônus da prova previsto no art. 14, § 3º, do mesmo diploma, no tocante a comprovação de alguma causa excludente de responsabilidade quando esta é objetiva, como no caso.

Logo, não há como desconstituir o entendimento delineado no acórdão impugnado quanto ao preenchimento dos requisitos para inversão do ônus da prova, sem que

Superior Tribunal de Justiça

se proceda ao reexame dos fatos e das provas dos autos, o que não se admite nesta instância extraordinária, em decorrência do disposto na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator